

## ■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Passados quase 45 dias da retomada dos trabalhos na Câmara dos Deputados, ainda não há definição do retorno do funcionamento das comissões permanentes. Existe um impasse sobre a presidência e relatoria da Comissão Mista de Orçamento que está travando o anúncio das outras comissões. Há possibilidade de se resolver nesta semana. A pauta do plenário ainda não foi divulgada.

## ■ SENADO FEDERAL

Nesta semana haverá sessão de homenagens e sessão deliberativa. Dentre elas destacamos o Projeto de Resolução nº 24/2023, de autoria do Senador Giordano, que cria a Frente Parlamentar de Fomento do Saneamento Básico, do Hidrogênio Verde e do Crédito de Carbono, cujo relator é o Senador Cid Gomes.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

### CPMI do dia 8 de janeiro

Os deputados e senadores já conseguiram as assinaturas necessárias para instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos extremistas do dia 8 de Janeiro. O pedido para criação de um colegiado foi protocolado. Nesse caso, o requerimento precisa ser lido e aprovado em sessão no Congresso Nacional. Até semana passada, já houve a adesão de 191 deputados e 35 senadores ao pedido.

### MST é alvo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é tema de 3 pedidos de CPI propostos neste ano. Integrantes do grupo ocuparam terras no sul da Bahia no fim de fevereiro. A bancada do “agro” reagiu. Na posse da nova diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o presidente, Pedro Lupion (PP-PR), declarou que o agro não aceita mais “invasões em pleno 2023”.

### No Senado, oposição fica sem Comissões

O Senado elegeu, na semana passada, 13 dos 14 presidentes de comissões permanentes. Sem disputa nos colegiados, os eleitos foram alçados aos cargos a partir de acordos entre os 2 maiores blocos da Casa, formados por PSD, PT, PSB, MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede. Sob protesto, o bloco de oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), formado por PL, PP, Republicanos e Novo, ficou sem comandar comissões.

### Destacamos os nomes de alguns Senadores Eleitos para comandar as Comissões Permanentes:

- Comissão de Meio Ambiente, Presidente: Leila Barros (PDT-DF) e Vice: Fabiano Contarato (PT-ES)
- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Presidente: Paulo Paim (PT-RS) e Vice: Zenai-de Maia (PSD-RN)

- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Presidente: Soraya Thronicke (União Brasil-MS)
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente: Marcelo Castro (MDB-PI) e Vice: Cid Gomes (PDT-CE)
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Presidente: Davi Alcolumbre (União Brasil-AP)
- Comissão de Assuntos Sociais, Presidente: Humberto Costa (PT-PE) e Vice: Mara Gabrilli (PSD-SP)

## Maior bancada do Congresso Nacional, a FPA já soma 344 Parlamentares

Com a presença de parlamentares, ministros de Estado e governadores, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) realizou, no dia 7/3, no Unique Palace, em Brasília, o evento de posse da nova diretoria para o biênio 2023-2024. A bancada terá, pelos próximos dois anos, a presidência do deputado federal Pedro Lupion (PP-PR) liderando 300 deputados federais e 44 senadores. Lupion lembrou, em seu discurso, a influência do pai, o ex-deputado federal Abelardo Lupion, a criação da bancada e a proximidade com o setor produtivo na vida pessoal e profissional. Reiterou, ainda, o compromisso da bancada com o direito de propriedade.

## Salles não acreditava no desmatamento da Amazônia

Em reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), o então ministro do Meio Ambiente e hoje deputado federal, Ricardo Salles (PL-SP), atacou, sem provas, a teoria do tipping point, ou ponto de não retorno, da Amazônia, considerada referência no mundo todo e trabalhada há mais de 30 anos, sobretudo pelo climatologista brasileiro Carlos Nobre. As falas de Salles cons-

tam nas atas dos encontros do colegiado, obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI) e divulgadas hoje na íntegra pela Agência Pública.

## Mourão sabia da invasão de garimpeiros da terra indígena Yanomami

Em uma reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal ocorrida em 30 de agosto de 2022, seu então presidente, o general da reserva Hamilton Mourão (Republicanos-RS), atual senador e ex-vice-presidente da República, admitiu que garimpeiros seguiam “invadindo a área Yanomami” e que, por esse motivo, havia a “necessidade de ser deflagrada uma operação de grande envergadura” no território, algo que não ocorreu durante todo o governo anterior. A fala está registrada nas atas dos encontros realizados pelo colegiado, que a Agência Pública obteve via Lei de Acesso à Informação (LAI).

## Governo prepara Projeto de Lei para criar Autoridade Climática

O governo quer encaminhar, ainda neste mês, um projeto de lei ao Congresso Nacional para criar o cargo de autoridade climática. A ideia é que, no organograma do Executivo, o titular do cargo tenha liberdade para atuar como um fiscalizador de políticas climáticas, como a implementação da regulamentação do mercado de carbono. A criação de regras de crédito de carbono é um dos principais objetivos da gestão de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. O objetivo desse PL é dar independência e assim poder fiscalizar a implementação de metas de sustentabilidade em todos os ministérios. O principal cotado para o cargo é o engenheiro florestal Tasso Azevedo, coordenador da plataforma MapBiomass.

## Saída dos garimpeiros da terra Yanomami

Áudios que circulam em grupos de garimpeiros de Roraima desde o final de semana indicam que os invasores estão sendo orientados, pelos seus próprios porta-vozes e articuladores políticos, a saírem da Terra Indígena Yanomami. Eles querem apoio do governo de Roraima para montar uma “operação” a fim de retirar os garimpeiros. A Agência Pública conversou com um desses operadores políticos, Jailson Reis de Mesquita, que confirmou a orientação: “O nosso pedido é que todos saiam (do território indígena). Até para evitar qualquer tipo de conflito, de confronto. Até porque o próprio governo federal – é uma grata surpresa para nós – está se dispondo a buscar diálogo [...]. Já se fala em buscar novas áreas para realocamento das pessoas. Então não tem por que ninguém ficar lá numa área que não é legalizada se a gente pode buscar o caminho correto”.

## Visita do Presidente da República na TI Raposa Serra do Sol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou dia 13/3 para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, para participar da “52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas”. O tema da assembleia em que Lula participou nesta segunda-feira foi “Proteção Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade”.

## STF mantém suspensão de processos contra decreto que limita CACS e munições

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a suspensão do julgamento de todos os processos que envolvam o Decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva restringindo a concessão de novos registros de CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores), assim como a compra de munições. Os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia ratificaram a decisão liminar do ministro Gilmar Mendes no dia 16 de fevereiro. Os magistrados seguiram o entendimento do decano, no sentido de que não há inconstitucionalidade no decreto editado por Lula no dia 1º de janeiro, revogando uma série de normas do governo anterior. No despacho, agora confirmado pelo Plenário do Supremo, Gilmar Mendes ponderou que o propósito é “estabelecer uma espécie de freio de arrumação nessa tendência de vertiginosa flexibilização das normas de acesso às armas de fogo e munições no Brasil enquanto se discute nova regulamentação”.